FOIE GRAS¹: UMA VISÃO ANALÍTICA DO CÓDIGO DE SAÚDE E SEGURANÇA DA CALIFÓRNIA (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA) FRENTE À SILENTE LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.

FOIE GRAS: AN ANALYTICAL VISION OF CALIFORNIA HEALTH AND SAFETY CODE (UNITED STATES) FACE TO SILENT BRAZILIAN LEGISLATION.

Pedro Arruda Junior²

Kiwonghi Bizawu³

RESUMO

Procura-se analisar no presente artigo o Código de Saúde e Segurança dos Estados Unidos da América no tocante ao *foie gras* ante as lacunas legislativas que permitem que a iguaria da culinária francesa contribua aos maus-tratos de aves como os patos e gansos. Por meio da pesquisa bibliográfica e do método analítico-dedutivo utilizado, busca-se identificar, as legislações pertinentes para proteger a fauna e, conseqüentemente, condenar os maus-tratos contra as aves acima referidas. Sabe-se que a Fauna é parte integrante do meio ambiente natural que recebe proteção constitucional no artigo 225, §1º, inciso VII e infraconstitucional pela Lei 5197/67, conhecida como lei de proteção à fauna, assim como pela Lei de Crimes Ambientais. A comercialização dos produtos provenientes dos maus-tratos e da matança das aves levaram o Estado norte-americano da Califórnia, em meados de 2012 a aprovar as alterações em seu Código de Saúde e Segurança, proibindo a venda de *foie gras*. Daí a necessidade de uma análise comparada como mecanismo de formação de opinião pública a fim de alterar a legislação pátria.

PALAVRAS-CHAVE: Fauna; Maus-tratos; *Foie-Gras*; Código de saúde e segurança.

---

¹ Do francês (fígado gordo); Fígado de pato/ganso aumentado pela quantidade de gordura localizada, proveniente de uma superalimentação do animal. Iguaria da culinária francesa, geralmente servido como patê.

² Advogado. Especialista em Ciências Penais pela UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora/MG. Extensão em História do Direito pela FDUL – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal). Professor de Direito Ambiental e Coordenador Pedagógico do Curso de Direito do CESA – Centro de Estudos Superiores Aprendiz (Barbacena/MG). Mestrando em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela ESDHC – Escola Superior Dom Helder Câmara (Belo Horizonte/MG).

³ Advogado, sacerdote, Mestre e Doutor em Direito Internacional, professor de Direito Internacional, Pró-Reitor do Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável e Professor de Fundamentos de Metodologia da Pesquisa no Curso de Mestrado em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável na Escola Superior Dom Helder Câmara em Belo Horizonte – MG.

ABSTRACT

It seeks to analyze in this article the Health and Safety Code of the United States regarding the *foie gras* before the loopholes that allow the delicacy of French cuisine contribute to mistreatment of birds such as ducks and geese. Through literature research and analytical-deductive method used, we seek to identify the relevant laws to protect the fauna and thus condemn the mistreatment of birds above. It is known that the Fauna is an integral part of the natural environment that receives constitutional protection under Article 225, §1, section VII and infraconstitutional by Law 5197/67, known as the law of protection of fauna, as well as the Environment Crimes Act. The products from the mistreatment and killing of the birds led the U.S state of California, in mid-2012 to approve changes to its Health and Safety Code, banning the sale of *foie gras*. Hence the need for a comparative analysis as a mechanism of formation of public opinion in order to amend legislation homeland.

KEYWORDS: Fauna; Maltreatment; Foie-gras; Health and Safety Code.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO; 2 MEIO AMBIENTE: NOTAS INTRODUTÓRIAS; 3 PROTEÇÃO JURÍDICA DA FAUNA; 3.1 Importância da Fauna; 3.2 Proteção jurídica propriamente dita; 4 ALIMENTAÇÃO FORÇADA DE ANIMAIS: ÉTICA AMBIENTAL E *FOIE GRAS*; 5 CÓDIGO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA CALIFÓRNIA; 6 A LACUNA DA LEGISLAÇÃO CIVIL E A DESPROPORCIONALIDADE DA LEI PENAL; 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS; REFERÊNCIAS.

1 INTRODUÇÃO

A Fauna, parte integrante do meio ambiente natural, recebeu proteção constitucional no artigo 225, §1º, inciso VII e infraconstitucional pela Lei 5197/67, também conhecida como lei de proteção à fauna, assim como pela Lei de Crimes Ambientais. Entretanto, as lacunas legislativas estão permitindo que uma iguaria da culinária francesa denominada *foie gras*, cresça através de maus-tratos em aves como os patos e gansos. A relevância do tema decorre do próprio status constitucional de direito fundamental atribuído ao meio ambiente e a necessidade de coibir as atividades e condutas lesivas ao meio ambiente e, no caso em tela, à fauna em face da matança de aves para atender um determinado setor comercial.

O *foie gras* é o fígado das aves acima relacionadas com hipertrofia, ou seja, o aumento demasiado de seu órgão vital mediante o acúmulo de gordura. Os criadores

conseguem atingir tal fato mediante a alimentação forçada destes animais, causando-lhes vários ferimentos. A partir disso, surge a necessidade de repensar na eficácia de medidas protetoras para coibir tais práticas delituosas e destrutivas da fauna, acarretando danos irreparáveis ao meio ambiente, objeto do primeiro capítulo, enquanto importante bem jurídico.

No capítulo 2 será dado o enfoque sobre o meio ambiente, suas características e denominações, assim como o debate acerca da divisão didática do meio ambiente, findando com a delimitação da fauna no meio ambiente natural.

Por conseguinte, no capítulo 3, a fauna receberá uma análise legislativa e doutrinária de seus componentes, assim como ressaltando a sua importância para o ser humano.

No capítulo 4 a delimitação será da alimentação forçada de animais, momento em que se trará uma análise de ética ambiental frente ao *foie gras*, além de estruturar a necessidade de legislação que busque coibir a venda do produto em tela.

Em prosseguimento, o capítulo 5 analisará o Código de Saúde e Segurança do estado norte-americano da Califórnia, o qual proibiu expressamente a venda de *foie gras*, sendo, para tanto, uma verdadeira mudança de paradigmas que exige, com mais racionalidade, uma atitude cidadã comprometida com a defesa da fauna e do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Por fim, o último capítulo (6) versará sobre a legislação brasileira e suas lacunas sob a ótica da desproporcionalidade da lei penal para o revendedor da iguaria gourmet, e citará eventual conclusão para a problemática assentada no método analítico-dedutivo.

2 MEIO AMBIENTE: NOTAS INTRODUTÓRIAS

A expressão “meio ambiente” foi inicialmente utilizada por *Geoffroy de Saint-Hilaire* em sua obra *Études progressives d'un naturaliste*, no ano de 1835.

Não há um consenso entre os estudiosos do direito ambiental acerca da conceituação técnica de meio ambiente, pois trata-se de expressão de grande amplitude, a qual pode ser vista sob várias óticas. Milaré expressa esta complexa semântica:

O vocábulo “natureza” é expurgado de todos os discursos como se fosse indecente, no mínimo pueril, por evocar o que ele designa. A expressão “meio ambiente” se impôs, aparentemente mais digna de crédito [...]. A escolha não é neutra. Etimologicamente, a expressão “meio ambiente” designa o que está em volta e, nesse contexto, mais precisamente, o que cerca a espécie humana. Essa visão antropocêntrica é conforme ao espírito de nossa civilização arrogante, cuja única referência é o homem e cuja ação tem sempre em mente o domínio total da Terra [...]. Tal concepção é um dos pontos de ruptura fundamentais com a filosofia

ecologista que apreende o ser humano como um organismo entre milhares de outros e considera que todas as formas de vida têm direito a uma existência autônoma. (2011 apud Ferry, 2009. p. 142).

Por seu turno, na seara jurídica, Beltrão (2011, p. 22) ensina que direito ambiental pode ser conceituado como o “conjunto de princípios e normas jurídicas que buscam regular os efeitos diretos e indiretos da ação humana no meio, no intuito de garantir à humanidade, presente e futura, o direito fundamental a um ambiente sadio”.

A Resolução 306/02 do CONAMA, em seu Anexo I, inciso XII, menciona que meio ambiente é o “conjunto de condições, leis, influência e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é conhecida por ter sido pioneira no garantismo ambiental, a qual reservou capítulo específico:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas. (BRASIL, 2012)

A Magna Carta de 1988 não define expressamente o conceito de meio ambiente, e por isso, utilizou-se do artigo 3º, inciso I da Lei 6938/81, para tanto. Assim, pode ser definido como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Ultrapassadas as disposições conceituais, imperioso destacar um novo debate doutrinário, a divisão didática do meio ambiente.

Em um panorama técnico, cumpre frisar que o meio ambiente é uno, ou seja, indivisível, sendo composto por várias normas legais e consuetudinárias. Porém, para um melhor entendimento da disciplina, importante efetuar uma divisão didática.

Aqui, destaca-se uma grande discussão doutrinária acerca do *quantum* de facetas. Para Amado (2011, p. 301), o meio ambiente é dividido em: a) meio ambiente natural; b) artificial (local onde se aloca o meio ambiente do trabalho) e, por fim, c) cultural. Por seu turno, Sirvinskas (2011) e Fiorillo (2011), apoiam 4 vertentes, quais sejam: a) meio ambiente cultural; b) meio ambiente do trabalho; c) meio ambiente artificial e d) meio ambiente natural. O posicionamento mais adequado, ao que parece é a última visão, tendo em vista que o meio ambiente do trabalho possui instrumentos próprios de proteção, conforme se verá em momento oportuno. Tanto o é que os últimos autores reservam capítulos próprios em suas obras tratando dos instrumentos de cada uma das quatro variações de meio ambiente.

A corrente quadripartite é sustentada inclusive pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que reconheceu a presença dos quatro meio ambientes na ADI-MC 3540/DF de 03/02/2006.

E, neste cenário de discussão doutrinária demarcar-se-á o meio ambiente natural a fim de direcionar a investigação científica com foco na fauna.

O meio ambiente natural ou físico é constituído pela atmosfera, pelos elementos da biosfera, pelas águas (inclusive pelo mar territorial), pelo solo, pelo subsolo (inclusive recursos minerais), pela fauna e flora. É diretamente tutelado pelo *caput* do art. 225 da Constituição Federal.

Numa visão infraconstitucional, tem-se a Lei 6938/81, conhecida como Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, a qual faz referência como sendo meio ambiente natural a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora, com base no artigo 3º, inciso V da referida lei.

Em virtude da imensidão de temáticas que o meio ambiente natural abarca, os instrumentos jurídicos de defesa vão se ampliando. Entretanto, o escopo principal deste artigo será a investigação da fauna como estrutura protetiva dos animais e análise do Código de Saúde e Segurança da Califórnia (EUA) frente a silente legislação brasileira no que se refere à venda do *foie gras*, iguaria da culinária francesa feita com base na alimentação forçada.

A partir desses fatos, surge a necessidade de discorrer acerca da proteção jurídica da fauna.

3 PROTEÇÃO JURÍDICA DA FAUNA

Sabe-se que, na visão antropológica, os animais, apesar de serem classificados como seres vivos, nem sempre tiveram o devido lugar no processo de defesa e proteção ao meio ambiente, enquanto bem constitucionalmente e juridicamente tutelado, pois sempre serviram de alimentos ao ser humano-consumidor em virtude de sua sobrevivência. Diante da complexidade econômica do mundo moderno movida pela busca de lucro, torna-se imperiosa a proteção da fauna para não ser vista apenas como recursos para satisfazer as novas tendências culinárias do ser humano, mas como parte do meio ambiente natural e garantidor da biodiversidade.

3.1 Importância da Fauna

Fauna pode ser conceituada nas lições de Fiorillo (2011, p. 279) como “coletivo de animais de uma dada região”.

O início da colonização do Brasil foi marcado, especialmente, pela exploração dos recursos naturais sem uma consciência protetiva para a presente e futuras gerações. Naquela época o ambiente parecia ser infinito e qualquer extrativismo era aceito. Assim, várias matas e florestas foram devastadas.

Por sua vez, considerando a grande diversidade da fauna brasileira, muitas espécies foram levadas para Europa, assim como o extermínio foi marco predominante da religião e da subsistência da época.

Como é cediço, a fauna é uma das facetas estruturais do próprio meio ambiente. Um desequilíbrio das espécies animais pode acarretar um descontrole extremo da cadeia alimentar, atingindo assim, uma densidade e extensão de dano imensurável.

Além desta estrutura dos ecossistemas, a fauna também é de grande importância nos fatores: alimentar, turístico e beleza cênica, além do educativo.

A relevância alimentar se dá em virtude de que a raça humana sempre fez uso dos animais como fonte de subsistência através da caça. A noção de vegetarianismo surgiu na época moderna, sendo que os traços históricos sempre remetem à caça de subsistência. Inicialmente, os animais que eram sacrificados para a alimentação humana girava em torno dos bovinos e dos suínos. Contudo, recentemente, é comum a ingestão de carne de rã, de capivaras, tatus, dentre outras espécies. Todas na cultura ocidental. Por seu turno, a cultura oriental sempre possuiu uma alimentação de animais exóticos como carne de cobra, escorpiões, aracnídeos, dentre vários outros. Independente da cultura, conclui-se que a fauna é cotidianamente presente na alimentação das pessoas.

Por sua vez, a característica turística e de beleza cênica é bem rotineira. A manutenção da fauna silvestre possibilita uma exploração do turismo. A criação e manutenção de parques e reservas naturais possibilita que as pessoas observem a enorme beleza plástica dos animais, o que, de fato, amplia a consciência protetiva. Outro elemento de turismo ecológico são os próprios zoológicos que permitem a convivência de várias espécies num mesmo local. A gestão é dada por profissionais da área, os quais tentam criar características dos próprios habitats, tornando-os o mais próximo da realidade de cada animal, visando uma melhor adaptação e expectativa de vida saudável.

Por fim, o espectro educativo possibilita aos pesquisadores conhecer a vida animal através do binômio observação-estudo, concretizando a evolução da ciência. A evolução da ciência ambiental permite, inclusive, uma proteção das espécies, como por exemplo, no resgate de baleias encalhadas, de captura e readaptação de pinguins, dentre vários outros. O homem em prol da natureza.

Apesar de toda esta importância, ainda existem pessoas ou até mesmo comunidades que consideram os animais como coisas, acreditando que podem fazer qualquer tipo de ação com os mesmos. Merecem destaque, as pequenas comunidades interioranas, onde são facilmente localizáveis indivíduos que saem de suas casas com gaiolas e alçapão com a finalidade de capturar aves, criá-las e até mesmo vendê-las. Outro fator que também pode ser visualizado é a crueldade propriamente dita, como por exemplo, matar cães e gatos afogados em rios; ceifar a vida de aves; rinhas de galos; dentre várias outras atividades.

Por conseguinte, a fauna é sujeito de intervenções econômicas de grande calibre. O Brasil, por ser país extenso e de clima tropical, abarca uma infinidade de espécies animais, desde as mais comuns até as exóticas. Em virtude disso, há uma grande prática de crime de

tráfico de animais. É costumeiro encontrar em beiras de estradas sujeitos vendendo aves exóticas, micos, ou até mesmo outros animais mais raros. Já no âmbito internacional, a mídia vem destacando o tráfico internacional de animais brasileiros, os quais costumam atingir outros países geralmente dopados e agrupados em malas ou pequenos recipientes. Muitos deles não suportam este deslocamento e acabam morrendo no trânsito de países. Todo este tráfico movimentava este comércio ilegal. Daí a necessidade de dar guarida no processo protetor da fauna em face das atividades e condutas lesivas do ser humano.

3.2 Proteção jurídica propriamente dita

No que se refere à fauna, verifica-se que houve uma evolução descompassada das legislações ao redor do mundo, sendo que um dos marcos legislativos protecionistas dos animais surge em meados do Século XVII, conforme ensina Heron (2009, p.61):

Somente no século XVII, vão surgir as primeiras leis de proteção aos animais, como o Código de 1641, da Colônia inglesa de Massachusetts Bay, considerada ainda hoje a primeira lei do mundo ocidental a proteger os animais domésticos contra a crueldade.

Um dos diplomas mais festejados foi a Lei Martin de 1822, a qual proibia qualquer tipo de crueldade contra os animais, especialmente nas touradas e rinhas de galo. É preciso salientar que, após a tal diploma legal, vários países legislaram sobre o tema, como por exemplo Lei *Grammont* da França que vedava os maus tratos a animais em locais públicos.

A partir da década de 1970, ativistas passaram a reivindicar maiores avanços na política de proteção aos animais.

O principal marco desse período foi a publicação do livro “Libertação animal”, do escritor australiano Peter Singer. A obra de Singer, além de denunciar veementemente os abusos sofridos pelos animais nos laboratórios científicos e nas fazendas industriais, questionou também a forma como esse tratamento violava o princípio fundamental de justiça.

No cenário nacional, a fauna recebeu proteção constitucional no artigo 225, §1º, inciso VII o qual dispõe que incube ao Poder Público “proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade”. No âmbito infraconstitucional, há a Lei 5197/67, também conhecida como lei de proteção à fauna, a qual, em seu artigo 1º mencionou que os animais de quaisquer espécies pertencem ao Estado:

Art. 1º. Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem

como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha. (BRASIL, 2012).

Como é possível perceber da análise do referido diploma legal, a lei de proteção à fauna restringiu o aspecto protetivo àqueles animais considerados silvestres. Apesar disso, deve-se destacar que os animais domésticos também devem ser respeitados, considerando que também são animais e pertencem a fauna. O único motivo para que o legislador trata-se expressamente de fauna silvestre se refere ao caráter de urgência, sob pena de extinção de espécies.

Como instrumentos de proteção à fauna podem-se destacar: Lei 10519/02 que dispõe acerca de promoção, fiscalização da defesa sanitária animal na prática de rodeios. A referida lei estabelece obrigações às companhias de rodeio para que obedeçam a critérios de proteção dos profissionais (boiadeiros) assim como prezam pela integridade física animal.

Outra legislação protetiva da fauna é a Lei 11794/08 estabeleceu critérios para criação e utilização de animais em atividades de ensino e pesquisa científica.

Importante mencionar que, no plano internacional, há a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, editada pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura no ano de 1978 na capital da Bélgica. Além desta, outra norma internacional de destaque acerca desta temática é o Primeiro Encontro Nacional pelos Direitos dos Seres Vivos, promovido em 1997 no México, a qual foi um marco acerca da preocupação com a dor e sofrimento causados pela atividade humana.

O artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos dos Animais expressa:

Artigo 2º

1. Todo o animal tem o direito a ser respeitado.
2. O homem, como espécie animal, não pode exterminar os outros animais ou explorá-los violando esse direito; tem o dever de pôr os seus conhecimentos ao serviço dos animais
3. Todo o animal tem o direito à atenção, aos cuidados e à proteção do homem. (UNESCO, 2012).

Já o artigo 3º da mesma Declaração Internacional expressa que “nenhum animal será submetido nem a maus tratos nem a atos cruéis. 2. Se for necessário matar um animal, ele deve de ser sacrificado instantaneamente, sem dor e de modo a não provocar-lhe angústia”. Assim, verifica-se total incongruência ativa, ou seja, no diploma legal menciona que a morte deverá ser momentânea e indolor, mas com as diretrizes do *foie gras* percebe-se que o elemento de maior preponderância é a crueldade e a dor, conforme será disposto no capítulo seguinte.

Por fim, após a evolução do pensamento jurídico-científico percebeu-se que o entendimento que os animais devem ser tratados como coisas foi superado, sendo que há inúmeros diplomas positivados de proteção, além de que, após a promulgação da Constituição da República de 1988 a fauna passou ter tutela jurídica constitucional.

4 ALIMENTAÇÃO FORÇADA DE ANIMAIS: ÉTICA AMBIENTAL E *FOIE GRAS*

A alimentação forçada de animais é um mecanismo de engorda, geralmente com interesse econômico. É muito comum em galináceos, suínos e até mesmo bovinos.

Com a elevada venda de animais para o abate, diversas técnicas e produtos vitamínicos são experimentados a fim de uma evolução de peso rápida para satisfação do criador. Ocorre, porém, que nem sempre esta maneira de alimentar os animais é saudável, podendo ocasionar ferimentos e uma extrema violência. O escopo do presente artigo é analisar especificamente a produção do *foie gras* e seu complexo binômio ética-economia.

O *foie gras* é um fígado, de ganso ou pato, doente, engordado de maneira forçada, várias vezes ao dia. Esta alimentação técnica ocorre mediante a incisão de jatos de comida através de um tubo metálico de 20-30cm no esôfago do animal.

Estas aves aquáticas são confinadas em pequenas gaiolas, evitando a locomoção. Durante várias vezes por dia, o “profissional responsável” retira os animais, um a um, insere a sonda metálica através do bico, introduz grandes quantidades de comida e retorna a ave para o confinamento. Este é o procedimento durante todo o dia, por semanas.

Na natureza, os patos e gansos têm a possibilidade de estender o esôfago para suportar mais alimento. Geralmente isto ocorre no início do inverno para que o animal tenha alimento para passar alguma temporada. O fígado destas aves pode aumentar de tamanho, absorvendo a comida e transformando em gordura, a qual vai sendo utilizada em tempos de menor alimentação (geralmente no inverno). Este efeito “sanfona” do fígado é comum. Porém, a criação para *foie gras* é diferente: criam-se os animais com o intuito de aumentar o fígado de maneira mecanicista, o que gera lesões aos animais, conforme será exposto a seguir.

Entre várias lesões causadas nos patos/gansos podem-se destacar: a) ferimentos no esôfago em virtude da inserção de cânula metálica agrupada aos movimentos de fuga (movimentação da ave); b) diarreia profunda, chegando, em alguns casos, a expelir parte do intestino; c) Risco de asfixia presente em virtude do excesso de comida inserida no estômago

e esôfago, aliado às crises de vômito; d) ferimento nas patas em virtude do confinamento extenso em gaiolas; dentre várias outras.

Sobre esse procedimento, imperioso ressaltar:

Os animais para abate passam a vida inteira em confinamentos (criatórios), muitos sem jamais terem conhecido a luz do sol. Alguns em locais fétidos e insalubres até para os seres humanos que lá trabalham. Outros passam a vida deitados ou necessariamente em pé, em espaços minúsculos, sem condições de movimentos regulares. A separação dos filhotes também é um sofrimento para o animal, além do processo de engorda e de manutenção que são igualmente sofríveis. Para levar a carne ao mercado o mais rápido possível, os processos de engorda são pavorosos. Introduzem hormônios que produzem doenças nos animais, usualmente o câncer, e contaminam o meio ambiente. Através de processos químicos (medicamentos) ou físicos (introdução à força de alimentos pela via oral), os animais são estimulados a comerem o tempo todo. A indústria produtiva sabe que o sofrimento animal é ruim, porque pode diminuir o peso do animal, danificar a carne ou causar estresse a ponto de o animal liberar hormônios prejudiciais à saúde humana. Todavia, o que prevalece é o lucro. (NOGUEIRA, 2012, p. 207).

Diante do exposto algumas dúvidas surgem, como, por exemplo, por que os patos e gansos? Isso ocorre em virtude de que as aves aquáticas têm a elasticidade do esôfago para armazenar comida para passar temporadas sem alimentação (geralmente no inverno). Outro questionamento é a motivação, a qual é facilmente desvendada, ou seja, o cunho econômico. Na França, o produto é extremamente tradicional em datas comemorativas e de alto valor pecuniário.

Este alimento foi objeto de inúmeras manifestações de ativistas, podendo se destacar o *Humane Society of USA*, o *Animal Legal Defense Fund*, as ONGs francesas *Stopgavage* e *L214*.

Acerca da própria ética em produzir este alimento que divide os chefes de cozinha e os ambientalistas, as lições de Milaré (2011, apud Lipovetsky, p. 158) expressam a modificação do campo semântico da ética geral e sua enérgica ampliação diante da análise do comportamento humano:

A ideia de que 'a Terra está em perigo de morte' impôs uma nova dimensão de responsabilidade, uma concepção inédita das obrigações humanas que ultrapassa a ética tradicional, circunscritas às relações inter-humanas imediatas. A responsabilidade humana deve, agora, estender-se às coisas extra-humanas, englobar a dimensão da biosfera inteira, uma vez que o homem possui os meios para pôr em perigo a vida futura no Planeta. Segundo os 'fundamentalistas', temos que reconhecer, independentemente do bem humano, o valor da ecosfera em si, tempos que redescobrir a dignidade intrínseca da natureza; segundo a maioria, temos que respeitá-la por nós, concebê-la como um patrimônio comum a transmitir às gerações futuras. Qualquer que seja a profundidade desta clivagem, a Ética clássica, centrada no próximo e na proximidade dos fins, já não parece suficiente, a técnica moderna engendrou efeitos tão inéditos, tão potencialmente catastróficos, que é necessária uma 'transformação' dos princípios éticos. A civilização tecnicista tem necessidade de uma 'ética do futuro.

Conforme sustentação do autor citado acima, a responsabilidade mudou de dimensão, ampliando seus horizontes para as relações inter-humanas. As ações humanas devem se pautar nos preceitos éticos, seja de natureza trabalhista ou ambientalista. O *foie gras* foge a ética ambiental de forma latente.

Além disso, as palavras de Nogueira acerca da modificação de hábitos provenientes da informação (2012, apud Singer, p. 206-207):

Para Singer, a ética alimentar vem sendo negligenciada na cultura atual, com escolhas ruins das pessoas, porque essas desconhecem a origem desses produtos e a sua interferência moral e salutar na vida dos humanos. 'A produção animal se beneficia da ignorância do público acerca dos métodos de produção'. Ele entende que muitos mudariam sua dieta alimentar se soubessem como são tratados os animais, a origem dos alimentos que ingerem e como são produzidos. Ele recorda que, a partir do ano de 1975, o consumo de carne de vitela caiu um quarto em razão de informações divulgadas por ONGs sobre como é produzida aquela carne. Pela mesma razão (acesso à informação), o oposto ocorreu com os alimentos orgânicos, que se apresentam atualmente como um dos setores que mais cresce na indústria. Se o consumidor deixar de comer o frango abatido, ignorando-o no congelador do supermercado, a lei da oferta e da procura regulará o comércio, de forma a produzir mais produtos vegetais, com melhores preços, variedades e qualidade.

O trâmite de engorda inerente à produção do *foie gras*, justifica, por si só, a abolição do mesmo. Em virtude disso, vários países já baniram tal iguaria. Todavia, o maior foco de análise será o Código de Saúde e Segurança da Califórnia, o qual entrou em vigor em julho de 2012 e proibiu além da criação de patos e gansos para a finalidade de alimentação forçada, a vedação do comércio, conforme será exposto no capítulo seguinte.

5 CÓDIGO DE SAÚDE E SEGURANÇA DA CALIFÓRNIA

Traçados os elementos de conceituação e estudo sobre fauna, ética e alimentação, ingressar-se-á no Código de Saúde e Segurança da Califórnia. Contudo, imperioso mencionar alguns Estados que baniram esta iguaria *gourmet* proveniente da crueldade e maus tratos contra indefesas aves.

Inicialmente, imperioso destacar que algumas províncias da Áustria, República Tcheca, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Itália, Luxemburgo, Noruega, Polônia, Irlanda, Suécia, Suíça, Holanda, Inglaterra, Turquia, Israel, Argentina não produzem o *foie gras*. Contudo, permitem a importação e revenda. (Wikipedia, 2012. s/p).

Com o crescente banimento do *foie gras*, poucos países o produzem, sendo importante destacar os produtores ativos: Bélgica, Bulgária, Espanha, Hungria e França.

Em relação à França, mister o destaque que a iguaria em estudo é considerada patrimônio cultural e gastronômico, conforme Lei 2006-11/06 (Código Rural), no artigo L 654-27-1, que expressa “o *foie gras* é parte do patrimônio cultural e gastronômico protegido na França. Significa *foie gras*, o fígado de um pato ou ganso engordado especialmente por meio de sonda”⁴ (tradução livre).

Por derradeiro, inicia-se a análise da legislação da Califórnia (EUA). O Código de Saúde e Segurança deste estado reserva seção especial para tratar da iguaria em debate, qual seja Seções 25980-25984. Tal legislação foi aprovada em meados de 2004, porém, apenas entrou em vigor em julho de 2012.

O Artigo 25980 do referido diploma legal é muito claro ao conceituar aves, assim como alimentação forçada, sendo imperioso destacar:

25980. Para os fins desta seção, os termos seguintes têm o significados seguintes:
(A) Uma ave inclui, mas não se limitando a, pato ou ganso.
(B) Alimentação forçada de uma ave é um processo pelo qual se faz com que um pássaro se alimente mais do que um outro de mesma espécie consumisse voluntariamente. Métodos de alimentação forçada incluem, mas não se limitando a, fornecimento de alimentos através de tubo ou outro dispositivo inserido no esôfago da ave. (USA, 2012. tradução livre).⁵

Em prosseguimento à análise, o artigo 25981 expressa uma norma de conduta ética, ressaltando a proibição de alimentar forçadamente os animais para ampliar o fígado da espécie. Caso típico e voltado para o *foie gras*. Percebe-se que a legislação norte-americana, neste ponto, fez questão em proteger as aves aquáticas. Além disso, estende o âmbito protetivo da norma, repugnando a atuação de terceiros. Assim sendo, a alimentação forçada de patos/gansos é proibida quanto para atuação direta, quanto indireta. É válido transcrever a norma citada: “25981. Uma pessoa não pode forçar uma ave a se alimentar com o propósito de ampliar o fígado do animal, além do tamanho normal, ou contratar uma pessoa para fazê-lo” (tradução livre).⁶

As condutas proibidas por um Estado, qualquer que seja, sem um mecanismo enérgico de concretização da legislação, torna-se completamente inócuo. Diante esta meta e, buscando

---

⁴ Le foie gras fait partie du patrimoine culturel et gastronomique protégé en France. On entend par foie gras, le foie d'un canard ou d'une oie spécialement engraisé par gavage.

⁵ 25980. For purposes of this section, the following terms have the following meanings:

(a) A bird includes, but is not limited to, a duck or goose.

(b) Force feeding a bird means a process that causes the bird to consume more food than a typical bird of the same species would consume voluntarily. Force feeding methods include, but are not limited to, delivering feed through a tube or other device inserted into the bird's esophagus.

⁶ 25981. A person may not force feed a bird for the purpose of enlarging the bird's liver beyond normal size, or hire another person to do so.

uma efetivação da proteção à fauna, em especial para as aves aquáticas sujeitos do debate, o Estado da Califórnia inseriu multa para as pessoas que descumprirem a legislação de banimento ao *foie gras*, conforme artigo 25983, alíneas “a”, “b” e “c” do Código de Saúde e Segurança do referido Estado norte-americano, *in verbis*:

25983. (A) Um oficial de paz, oficial de uma sociedade humana como qualificado nos termos do Artigo 14502 ou 14503 do Código das Sociedades, ou funcionário de um departamento de controle de animais ou animais regulamentação de um órgão público, como qualificado sob a Seção 830,9 do Código Penal, pode emitir uma notificação a uma pessoa ou entidade que viole esta capítulo. ⁷

(B) A notificação emitida nos termos deste artigo exige o pagamento de multa civil no valor de até mil dólares (\$1000) por cada violação, assim como multa de mil dólares por dia de descumprimento. A multa civil deve ser a pagar à agência local de início do processo para compensar os custos com a agência relacionada ao tribunal correspondente.

(C) A pessoa ou entidade que viole este capítulo pode ser processado pelo procurador distrital do condado em que o violação ocorreu, ou pelo advogado da cidade da cidade em que o violação ocorreu. (USA, 2012. tradução livre).

Toda esta análise, proporciona o real interesse do estado da Califórnia em proteger os animais, mesmo que indiretamente. De nada adiantaria proibir a conduta de alimentação forçada se não banir a venda do produto. Soma-se o caráter pecuniário como mecanismo de controle da atuação de restaurantes e indivíduos.

Contudo, é de importância ímpar ressaltar que toda a alteração na legislação dos Estados Unidos da América no que concerne ao *foie gras* se deu, na maior parte das vezes, por ativistas ambientalistas. No caso específico do estado da Califórnia, a discussão foi liderada pela Organização PETA (*People for the Ethical Treatment of Animals*). A referida organização movimentou-se pautada de cinco elementos fortemente estruturados desta iguaria politicamente e ambientalmente antiética, quais sejam: Alimentação forçada é selvagem; *Foie Gras* é doente – literalmente; *Foie Gras* me faz – e também os patos – vomitar; Patos não são

---

⁷ 25983. (a) A peace officer, officer of a humane society as qualified under Section 14502 or 14503 of the Corporations Code, or officer of an animal control or animal regulation department of a public agency, as qualified under Section 830.9 of the Penal Code, may issue a citation to a person or entity that violates this chapter.

(b) A citation issued under this section shall require the person cited to pay a civil penalty in an amount up to one thousand dollars (\$1,000) for each violation, and up to one thousand dollars (\$1,000) for each day the violation continues. The civil penalty shall be payable to the local agency initiating the proceedings to enforce this chapter to offset the costs to the agency related to court proceedings.

(c) A person or entity that violates this chapter may be prosecuted by the district attorney of the county in which the violation occurred, or by the city attorney of the city in which the violation occurred.

sapatos; Todos estão unidos neste propósito. Tais requisitos foram descritos por MULLINS (2012, s/p)⁸ e descritos nos próximos parágrafos.

Em relação ao primeiro slogan da campanha para banir a iguaria da Califórnia, Alimentação forçada é selvagem, destacou-se que esta prática é equivalente a um afogamento, onde insere-se alimentos e vitaminas contra a vontade do animal, destacando a crueldade da medida.

Em prosseguimento, o segundo elemento trata o *Foie Gras* como doença – literalmente, colocando em destaque que a alimentação forçada causa variações no fígado das aves aquáticas, fazendo-o aumentar de tamanho em até dez vezes, resultado de doença denominada esteatose hepática, a qual foi o foco da proibição do produto. O consumidor não pode ser atingido por um alimento “doente”. Além disso, conforme expresso em linhas anteriores, as aves também sofrem de hemorragia interna, infecções, dentre várias outras causas de redutibilidade da saúde do animal.

Por conseguinte, proceder-se-á a análise do terceiro caractere da campanha que compreendia o forte termo: “*Foie Gras* me faz – e também os patos – vomitar”; A expressão é impactante e direta, fazendo o receptor da imagem a efetuar breve e rápida reflexão sobre o assunto. A organização norte-americana ainda destacou que, diferente das afirmações dos comerciantes de *Foie Gras*, os patos/gansos têm reflexo de vômito e, de fato, muitas vezes o fazem após serem alimentados à força. Soma-se ao fato que nesta ação involuntária, muitas vezes, pode causar asfixia do animal, levando-o à morte instantânea.

“Patos não são sapatos” é a quarta expressão a ser analisada. Pesquisas e vídeos apaisana foram objeto de conclusão do ambiente físico de produção da iguaria francesa em debate. Constatou-se que as aves ficam trancafiadas em compartimentos menores que caixas de sapatos e que, na maioria das vezes, não se movimentavam. Assim, a movimentação de asas, patas pode gerar tremendo desconforto à estas aves.

Por fim, o ativismo foi balizado no termo: Todos estão unidos neste propósito. Tal concepção indica que a alimentação forçada vem sendo denunciada mundialmente por especialistas da área animal. As opiniões convergentes do grupo científico permitiu a proibição em vários países, conforme citados acima.

Diante da análise de toda esta argumentação acerca da alteração do Código de Saúde e Segurança da Califórnia, duas conclusões são possíveis. A primeira refere-se ao embasamento

---

⁸ MULLINS, Alisa. **Top five reasons to ban foie gras**. Disponível em: <<http://www.peta.org/b/thepetafiles/archive/2012/07/01/top-5-reasons-to-ban-foie-gras-nationwide.aspx>> Acesso em 14/11/2012.

da campanha para banir o *foie gras*. Verifica-se que há embasamento científico para toda a movimentação dos ativistas a fim de retirar este prato antiético das mesas das pessoas ao redor do mundo. Por seu turno, a segunda consideração constitui na alteração da lei propriamente dita. As mudanças ocorreram de forma pontual, o que possibilita a execução total da norma, vez que prevê a conduta proibitiva de criação de aves para um fim específico assim como a venda do produto alimentício em tela, assim como há extensão da responsabilidade para prepostos e terceiros e, por derradeiro, a aplicação pecuniária para o descumprimento da medida.

Contudo, no Brasil, há lacuna legislativa em relação à esta iguaria gourmet. É o que será exposto e debatido no próximo capítulo.

6 A LACUNA DA LEGISLAÇÃO CIVIL E A DESPROPORCIONALIDADE DA LEI PENAL

Após todo o trânsito acerca da proteção da fauna e sua evolução legislativa, da alimentação forçada de aves aquáticas, assim como pela análise do Código de Saúde e Segurança do estado da Califórnia (Estados Unidos da América), adentrar-se-á no lacunoso caminho da legislação civil nacional acerca dos maus-tratos contra animais e a desproporcionalidade da lei penal.

No Brasil, o meio ambiente como um todo veio ter uma visibilidade e viabilidade após a Constituição da República de 1988, a qual inovou ao dedicar capítulo específico para a proteção ao ambiente, retirando a visão utilitarista que permaneceu por décadas. Apesar disto, há uma ineficiência do sistema legislativo no Brasil, considerando-se, a imensidão de diplomas legais.

Para a investigação científica de lacunas na legislação civil, importante destacar o que se busca defender. O *foie gras* é tido com o abate de aves aquáticas, as quais tiveram uma superalimentação forçada. No Brasil há o Decreto 30691/52, que disciplina o abate humanitário de animais de açougue, conforme artigo 135 do referido decreto:

Art. 135. Só é permitido o sacrifício de animais de açougue por métodos humanitários, utilizando-se de prévia insensibilização baseada em princípios científicos, seguida de imediata sangria. (Redação dada pelo Decreto nº 2.244, de 1997)

§ 1º Os métodos empregados para cada espécie de animal de açougue deverão ser aprovados pelo órgão oficial competente, cujas especificações e procedimentos

serão disciplinados em regulamento técnico. (Redação dada pelo Decreto nº 2.244, de 1997)

§ 2º É facultado o sacrifício de bovinos de acordo com preceitos religiosos (jugulação cruenta), desde que sejam destinados ao consumo por comunidade religiosa que os requeira ou ao comércio internacional com países que façam essa exigência. (Redação dada pelo Decreto nº 2.244, de 1997)

Em artigo complementar, necessário se faz a incrementação da norma acima citada, mencionando quais espécies estariam abarcadas com este padrão de menor sofrimento. O artigo 21 do Decreto classifica os estabelecimentos de carnes e derivados. No caso em discussão (aves), ressalte-se o item 3, §3º:

Art. 21. Os estabelecimentos de carnes e derivados são classificados em:
[...] 3 - Matadouros de pequenos e médios animais; (Redação dada pelo Decreto nº 1.255, de 1962)[...]

10 - Matadouros de aves e coelhos; (Incluído pelo Decreto nº 1.255, de 1962)[...]

§ 3º Entende-se por "matadouro de aves e pequenos animais" o estabelecimento dotado de instalações para o abate industrialização de: a) aves; b) caça; c) suínos, com peso máximo de sessenta (60) quilos; d) coelhos; e) ovinos; f) caprinos, dispondo de frio industrial e, a juízo da D.I.P.O.A.. de instalações para o aproveitamento de subprodutos não comestíveis.[...] (BRASIL, 2012).

Assim, interpretando os dois artigos conclui-se que as aves devem ser abatidas sem sofrimento, o que destoaria completamente do procedimento de engorda para *foie gras*. Contudo, o Decreto 30691/52 ainda permite a degola (sem insensibilização) nos casos de cunho religioso, o que, de fato, pode trazer uma obscuridade e faceta de descontrole Estatal. Tal fato é expresso por Nogueira (2012, p.212) mencionando o “desvio de finalidade” de carnes na Inglaterra:

Singer denuncia que, na Inglaterra, grande parte dos abates tidos como religiosos não são para exportação a países que exigem o ritual, mas sim para abastecer o próprio mercado interno. Daniel Lourenço afirma que a degola cruenta, sem prévia insensibilização, causa intensa dor física e psíquica nos animais. Ele cita Levai para lembrar que mesmo o abate não ritualístico causa sofrimento, pois os estímulos elétricos, o cheiro de sangue e a vocalização dos outros animais na rampa e no boxe aterrorizam os demais, sendo necessário, muitas vezes, utilizar o bastão elétrico (os animais apresentam pupilas dilatadas e midríase ocular que são sinais de pânico e sofrimento). O autor discute inclusive a legalidade do abate ritualístico, questionando até que ponto esse ritual (*kosher* ou *halal*), sem a insensibilização prévia, seria constitucional, posto que o artigo 225, §1º, VII, da Constituição proíbe a crueldade contra o animal.

A ele parece contraditório que o Regulamento de Inspeção Industrial de Produtos de Origem Animal, aprovado pelo Decreto n. 30691/52 e suas alterações, ao mesmo tempo em que proíbe o abate não humanitário (sem insensibilização prévia), autoriza a degola cruenta, se destinados ao consumo de países que exijam o abate religioso para comercialização. Sérgio Greif afirma também ser um contrassenso utilizar o termo “abate humanitário” para se referir ao abate bovino com insensibilização. Para ele esses termos só se harmonizariam se fosse o interesse do próprio animal, caso padecesse de uma enfermidade que exigisse a eutanásia.

Percebe-se que este sistema legislativo não é amplamente seguro ao passo que deixa como caráter o que é religião. Num aprofundamento de análise chegar-se-á a uma discussão acerca de direitos fundamentais (vida) dos animais.

Seriam os animais sujeitos de direito? Este questionamento deve ser visto sob a ótica confirmatória, visto que a proteção à fauna tem status constitucional, podendo ser considerada direito fundamental.

O direito à vida sofreu reflexões e evoluções conceituais e de abrangência, sendo que incluiu-se a dignidade como elemento formador e, inevitavelmente, incluiu-se ao debate o direito à vida animal como direito fundamental. Neste cenário, NOGUEIRA (2012, p. 278) ensina:

Os direitos fundamentais nasceram da necessidade de proteger-se a vida humana, principalmente em face do poder estatal. Posteriormente, evoluíram para a proteção da vida humana com dignidade, ou seja, uma vida que tenha um mínimo existencial, como liberdade, integridade física e alimentação, que dê condições ao homem para ser feliz e fazer jus ao título de sujeito moral. Agora, o mundo contemporâneo tornou-se demasiadamente complexo, acordou-se para o fato de que homem e natureza são interdependentes, contudo, paradoxalmente, travam uma luta velada, homens x natureza. As guerras já não são feitas somente entre humanos. A natureza, à medida que é destruída paulatinamente pelos homens, resiste mostrando sua força em graves sinistros ambientais (chuvas torrenciais, furacões, *tsunamis*, etc).

Uma releitura crítica sobre a fundamentação da natureza jurídica dos direitos fundamentais constata que ela não se encontra no homem, mas sim na vida. Fundamento da existência de tudo, sem a qual nada existe, nem a própria humanidade. Nos Estados anteriores, para se garantir uma vida digna para o homem, era necessário apenas impor limites ao poder estatal. No Estado Democrático de Direito, para garantir a mesma dignidade humana é preciso impor limites ao poder humano sobre os animais, enfim no Estado Liberal como um limite para atuação dos governantes desse aos governados. Era um instrumento de limitação ao poder estatal. Visando assegurar aos indivíduos um nível máximo de fruição da sua autonomia e liberdade.

Cumprido destacar que há no Brasil o Decreto 6514/08 que disciplina as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações. Conforme artigo 29 do referido diploma legal a conduta de Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos gera multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais) por indivíduo.

Por seu turno, a legislação penal brasileira também incrimina a conduta de maus-tratos contra animais, independente da classe (silvestres, domésticos/domesticáveis, nativos ou exóticos). Tal assertiva é constatada da análise do artigo 32 da Lei 9605/98, qual comina pena de detenção para os agentes:

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa

§1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§2º A pena é aumentada de um sexto a um terço se ocorre a morte do animal.

Como pode se ver, o tipo penal incrimina a conduta de “abuso”, ou seja, qualquer violação dos limites naturais da espécie, um ingresso no meio de vida do animal, como por exemplo: confinamentos; já o tipo de “maus-tratos” é o mais amplo possível abarcando todas as situações que criem alienações físicas na fauna, dor ou até mesmo desconforto; em relação ao tipo “ferir”, sua compreensão é bem simplificada atendo-se ao fato de causar ferimentos nos animais; por fim, porém não menos importante, o tipo “mutilar” que pode ser entendido como destruição parcial, ou seja, perda de membros ou partes significativas do corpo.

Soma-se também a causa de aumento, prevista no §2º, a qual amplia a sanção penal de 1/6 a 1/3 se houver a morte do animal.

Partindo-se do pressuposto que a alimentação forçada de animais é uma prática de maus-tratos, dois entendimentos devem ser cindidos. O primeiro condiz com a situação da criação saudável para o abate, logo, a morte do animal é inevitável. Não é esta conduta que o preceito primário do artigo 32 da Lei 9605/98 busca. O objeto principal de proteção jurídica é a morte proveniente de maus-tratos. Assim, as espécies que vierem à óbito em virtude desta alimentação incorreta deverá ser recriminada pelo Estado.

Entretanto, esta enérgica resposta Estatal não é aplicável à venda da iguaria *gourmet* antiética. Neste caso, há uma lacuna na legislação nacional, além de existir uma desproporcionalidade da sanção penal, a seguir exposta.

Inicialmente cumpre frisar que, no Brasil, a conduta de maus-tratos está disciplinada em seara dúplice, quais sejam criminal e cível. A criminal pune com pena de detenção e multa o agente causador dos maus-tratos contra animais.

Por seu turno, há ainda multa por maus-tratos e mutilação de espécies da fauna brasileira. Apesar de multa em ambas as esferas, o tipo descrito não é completamente perfeito ao caso que pretende-se incrementar.

Conforme dito em linhas anteriores, a permissão de comercialização e venda livre do *foie gras* gera, em efeito cascata, o aumento da produção da iguaria culinária e, conseqüentemente, o acúmulo destas práticas com aves aquáticas.

A lacuna legislativa deveria ser suprida com o incremento de alguns artigos ou parágrafos na legislação civil e penal, proibindo definitivamente o comércio de *foie gras* no

Brasil, como foi feito no Estado da Califórnia (EUA) e em muitos países europeus, como mecanismo contemporâneo-protetivo dos animais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante toda a argumentação traçada algumas conclusões podem ser retiradas e algumas reflexões sopesadas.

Inicialmente, no que tange a fauna, imperioso ressaltar que o meio ambiente foi visto durante séculos como fonte extrativista, sendo que o aspecto protetivo presente nos dias de hoje foi fruto de evolução do pensamento ao redor do mundo, merecendo destaque para a Convenção de Estocolmo, para Lei de Política Nacional do Meio Ambiente e, por fim pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a qual foi um dos marcos histórico-ambiental mais relevantes da memória nacional porque tratou o meio ambiente em capítulo próprio e com uma visão protecionista.

Insta ressaltar, portanto, que a fauna é um elemento da natureza essencial para a vida humana e o seu desequilíbrio pode afetar diretamente a própria raça humana e outros seres vivos componentes do ecossistema e biodiversidade. A matança desgovernada de determinada espécie animal pode acarretar uma desestabilização dos ecossistemas.

A prática de alimentação forçada é um procedimento contra a raça animal. Durante o decurso de todas as análises da temática ficou clarividente o “abate” das aves aquáticas em busca de um fígado que pode considerar-se doente, que é servido como iguaria da culinária francesa. O cunho econômico e gastronômico como incentivadores dos maus-tratos. Mesmo assim o Estado está silente.

Visando coibir tal conduta, vários Estados proibiram a alimentação forçada, deixando, entretanto, liberada a venda do produto, o que causa um efeito cascata: proíbe-se a prática (meio), mas possibilita-se a venda (fim). Não há um fim sem o meio. Portanto, totalmente paradoxal. Diante deste cenário o estado norte-americano da Califórnia banuiu a alimentação forçada e a venda de *foie gras*.

No Brasil, a lacuna legislativa entre a prática de maus-tratos e a venda do produto deixa a desejar. Não é proporcional aplicar sanções penais a um vendedor, considerando que não há tipificação legal específica. A impunidade não pode predominar. Assim sendo, outro caminho não resta a não ser a modificação da legislação ordinária a fim de proibir a venda do *foie gras* para simetrizar a Constituição de 1988 e a legislação infraconstitucional, sempre em prol da sociedade (humana e não humana – animais).

REFERÊNCIAS

AMADO, Frederico Augusto di Trindade. **Direito Ambiental Esquemático**. 2ª ed. São Paulo: Método, 2011.

BEUSCART, Gaetan. **Faut-il interdire le gavage des palmipèdes en France**. France: Montpellier, 2011. Disponível em: <http://www.supagro-alumni.fr/wp-content/uploads/2012/01/Controverse2011-Gavage-palmipèdes.pdf>. Acesso em 20/11/12.

BELTRAO, Antônio F.G. **Direito Ambiental**. 3ª ed. São Paulo: Método, 2011.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal. Parte Geral 1**. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/_Constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/_Constituicaocompilado.htm)>. Acesso em 03/10/2012.

BRASIL. **Lei 9605/98**. Brasília: Senado Federal, 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm. Acesso em 20/10/2012.

FILHO, Roberval Rocha Ferreira. **STF Principais Julgamentos**. Salvador: Juspodivm, 2011.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GORDILHO, Heron José de Santana. **Abolicionismo Animal**. Salvador: Evolução, 2009.

GOURMET CRUELTY. Disponível em: <<http://www.gourmetcruelty.com/>> Acesso em 28 out 2012.

GRECO, Rogério. **Direito Penal do Equilíbrio: Uma visão minimalista do direito penal**. 5ª ed. Niterói: Impetus, 2010.

_____. **Curso de Direito Penal: Parte Geral**. 5. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2005.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 19. ed. Malheiros: São Paulo, 2011.

MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente**. 6. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

MULINS, Alisa. **Top five reasons to ban foie gras**. Disponível em: <<http://www.peta.org/b/thepetafiles/archive/2012/07/01/top-5-reasons-to-ban-foie-gras-nationwide.aspx>> Acesso em 14/11/2012.

NOGUEIRA, Vânia Márcia Damasceno. **Direitos fundamentais dos animais: a construção jurídica de uma titularidade para além dos seres humanos**. Arraes: Belo Horizonte, 2012.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 10ª ed. Saraiva: São Paulo, 2012.

STOP FORCE FEEDING. **California Ban**. Disponível em:
<<http://www.stopforcefeeding.com/content/about-the-ban>> Acesso em 20 nov 2012.

USA. **Califórnia Helth and Safety Code**. Sacramento: Justia US Law, 2012. Disponível em:
<<http://law.justia.com/codes/california/2009/hsc/25980-25984.html>> Acesso em 04/11/12.

WIKIPEDIA. **Foie Gras Controversy**. Disponível em:
<http://en.wikipedia.org/wiki/Foie_gras_controversy> Acesso em 26 nov 2012.